

ABPI divulga estudo econômico sobre Propriedade Intelectual

O estudo “Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento: Desafios para o Brasil”, encomendado pela ABPI ao economista Antônio Márcio Buainain, da Unicamp, está sendo distribuído para autoridades com o objetivo de balizar políticas públicas de governo para o setor de PI. Com mais de 100 páginas o documento faz uma radiografia sobre a Propriedade Intelectual *vis-à-vis* a atividade econômica. **Pág. 2**



Dez propostas para a melhoria da inovação e do ambiente de negócios

O documento da ABPI com dez propostas para a melhoria da inovação e do ambiente de negócios do País já está nas mãos do novo governo. O documento propõe a autonomia financeira do INPI como solução para acabar com o *backlog* de marcas e patentes, encurtar o prazo para a concessão de patentes e aumentar a produtividade do INPI. **Pág. 3**

Tarifas do INPI devem refletir padrões internacionais de prazos de exames

Em reunião na Confederação Nacional da Indústria - CNI, que discutiu possível realinhamento de tarifas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, o presidente da ABPI, Luiz Edgard Montauray Pimenta, defendeu que o realinhamento deverá necessariamente se refletir em prazos similares de exames aplicados pelos escritórios internacionais. **Pág. 4**

Pela independência técnica do INPI

A ABPI, Interfarma, OAB-RJ e ANPEI, entre outras entidades, foram signatárias da “Manifestação em Apoio à Independência Técnica do INPI”, documento que circulou em setembro nas redes sociais. “A atuação do INPI no exame, deferimento, indeferimento, concessão ou anulação de patentes deve ser unicamente baseada na Lei brasileira e na aplicação de procedimentos técnicos”, diz o documento. **Pág. 5**

ABPI produz estudo econômico sobre Propriedade Intelectual

A Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI está encaminhando às autoridades, parlamentares, empresários, juízes e outros formadores de opinião, o recém-concluído estudo “Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento: Desafios para o Brasil” com o objetivo de balizar políticas públicas para o novo governo. O documento, com mais de 100 páginas, encomendado pela ABPI ao economista Antônio Márcio Buainain, da Unicamp, traça uma radiografia minuciosa sobre a evolução da Propriedade Intelectual no País e seu impacto na atividade econômica.

A partir de cruzamentos de dados existentes nas séries do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e também com busca inédita feita na base Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, o estudo demonstra que as políticas públicas adotadas nos últimos anos têm sido insuficientes para “promover mudanças e transformar a inovação em força motriz da economia brasileira”. Em 2015, de acordo com o documento, os gastos com inovação foram de 1,28% do PIB, o percentual máximo alcançado pela série, e que corresponde a aproximadamente 50% da alocação de países que ocupam a liderança mundial neste quesito.

Apesar do baixo incentivo à inovação no País, aponta o estudo, o crescimento dos depósitos de patentes de não residentes, que representam 81,5% do total, revela a importância atribuída ao mercado brasileiro pelas multinacionais. Considerando apenas o ano de 2017, destaca-se a presença da China entre os dez países com maior número de pedidos, mas no acumulado de 2000-2017 o *ranking* é liderado pelos Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e Suíça, e a China aparece na 11ª posição.

O estudo revela ainda que, embora nenhuma companhia brasileira integre o seletor clube das 50 empresas mais inovadoras do mundo, sete dentre as maiores são também líderes em depósito de patentes no Bra-



sil. “Um alerta importante é a constatação que muitas das empresas que se destacam como inovadoras no mundo mantêm operações no Brasil, mas não desenvolvem atividades relevantes de P&D em suas filiais e nem aparecem com destaque no *ranking* nacional de maiores depositantes não residentes”.

Base Lattes

Na busca feita na base Lattes o estudo identificou, entre mais de 4 milhões de currículos, 15.607 pesquisadores com depósitos de patentes e/ou titulares de patentes, responsáveis pelo depósito de 27.837 patentes, sendo 10.552 patentes concedidas. “Estes pesquisadores estão longe do estereótipo que contrapõe cientistas com perfil acadêmico aos de perfil mais pragmático, que estariam mais próximos do “mercado”, interessados em inovar e patentear. Na verdade, os resultados da pesquisa revelam que os pesquisadores mais acadêmicos são justamente os que mais depositam patentes, e que não há um *trade off* entre publicar e gerar patentes”, concluem os autores. O estudo confirmou ainda os resultados da Pintec, de que as empresas mantêm poucos pesquisadores em atividades diretas de P&D, a despeito dos incentivos para sua contratação.

Segue que no Brasil, as instituições de pesquisa lideram os depósitos de patentes dos residentes. Em 2017, dentre os dez principais depositantes,

aparecia apenas uma empresa, a CNH Industrial do Brasil. No topo da lista aparecia a Unicamp, com 77 depósitos, seguida pelas universidades federais de Campina Grande, Minas Gerais, Paraíba e pela USP.

O estudo aponta que o aumento da produtividade da agricultura brasileira nos últimos 20 anos é resultado, principalmente, da inovação tecnológica. “A aprovação da Lei de Proteção de Cultivares - LPC, em 1997, provocou mudanças importantes na organização da indústria de sementes, estimulando a modernização e internacionalização que foram fundamentais para apoiar a expansão do setor”, assinala o documento, ao acrescentar que da aprovação da LPC a junho de 2018 foram depositados 4.461 pedidos de proteção de cultivar, e concedidos títulos para 3.438 cultivares.

A participação do setor privado na indústria de sementes é crescente e, em 2017, correspondeu a 82% do total de pedidos e a 76% do total de pedidos feitos desde 1997. Ao contrário do que ocorre na indústria em geral, observa-se que os principais players internacionais no segmento de sementes estão presentes e realizam investimentos contínuos em P&D no Brasil.

Os dados do estudo “Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento: Desafios para o Brasil” indicam que a taxa de inovação no Brasil no período 2012-2014 foi de 35,7% para os setores indústria, eletricidade e gás e serviços selecionados, praticamente a mesma registrada em 2009-2011 – pouco mais de 47 mil empresas registraram atividades inovativas no período 2010-2014. Não é à toa que o Brasil se mantém na lanterna no *ranking* global de inovação e aparece como o 69º no Índice Global de Inovação, produzido pela Universidade de Cornell, Insead e Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI. Mesmo entre os 18 países latino-americanos o Brasil aparece na 7ª posição, atrás do Chile (46º no Global), líder regional, Costa Rica, México, Panamá, Colômbia e Uruguai. Em 2011, o País ocupava a 47ª posição e caiu para a 69ª em 2016 e 2017.

Entre 2000 e 2017, o número de patentes concedidas cresceu em média

3,3% ao ano e o de pedidos 2,5%, quase o dobro do crescimento da economia brasileira. A partir de 2014, este número de pedidos praticamente duplicou, resultado de um grande esforço do INPI para reduzir o atraso acumulado. Ainda assim, no final de 2017 o número de pedidos de patentes pendentes de análise era de 225.115, uma redução importante em relação aos 243.820 registrados em dezembro de 2016, mas um volume muito grande para os padrões internacionais.

Os prazos de concessão de uma patente continuam longos e, em alguns casos, aumentaram acusa o estudo. O tempo para decisão variou de pouco mais sete anos para pedidos na área de cosméticos e dentifrícos a praticamente 14 anos para a área de telecomunicações. O prazo médio, no Brasil, é de 10,2 anos, enquanto no Japão é de 1,3 anos e nos EUA e União Europeia é de 2,2 anos. “São áreas nas quais o ritmo de inovação é acelerado, vivendo um período de rupturas tecnológicas associadas à revolução digital,

à maturação de novos materiais, à aplicação da engenharia genética e da biotecnologia, e que se traduz em rápida obsolescência tecnológica, descarte precoce de tecnologias em utilização e de opções antes mesmo de serem usadas”, diz o documento.

A falta de incentivo à inovação no País e os problemas de infraestrutura do INPI estão entre as causas do *gap* tecnológico entre o Brasil e os países desenvolvidos. Os dados da OMPI citados no estudo revelam que o número de pedidos de patentes de invenção mais do que dobrou no mundo entre 2000 a 2016, passando de 1,4 milhões para 3,1 milhões de pedidos. No Brasil, entre 2000 e 2017 o crescimento tem sido bem menor: os pedidos subiram de 20.776 para 28.256.

Brasil x Coreia

No final da década de 1970 o número de patentes de invenção com origem no Brasil depositado no escritório americano USPTO, foi quase

três vezes superior aos originários da Coreia do Sul. A liderança se manteve até meados da década de 1980, mas a partir de 1985 a Coreia deu um salto à frente e depositou 50 patentes contra 30 do Brasil. Em 2013, esta diferença foi ainda maior, a Coreia depositou 43,5 vezes mais patentes que o Brasil (33.499 e 769, respectivamente). As proporções não mudam quando se consideram as patentes concedidas: em 1995 o USPTO concedeu 63 patentes de origem do Brasil e 1.161 da Coreia, e em 2014 foram 334 e 16.469, respectivamente, uma diferença de 49,3 vezes. A comparação com a China, que no início dos anos de 1980 sequer reconhecia a proteção da PI, revela um atraso ainda mais acentuado do Brasil. “Não existe crescimento sustentável sem investimento, aumento de produtividade e inovação”, diz o documento, ao apontar o caminho das reformas tributária e fiscal, previdenciária, trabalhista, entre outras, como a saída para o impasse da estagnação econômica.

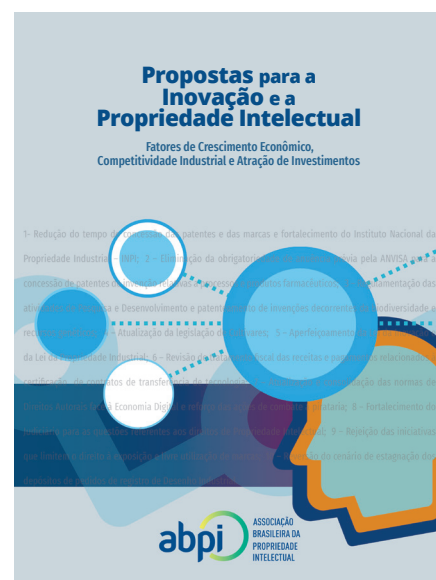
Dez propostas para a melhoria da inovação no País

Reduzir o tempo de concessão das patentes e das marcas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, bem como dotar a autarquia de autonomia financeira para aumentar a sua produtividade e acabar com o *backlog* de patentes são algumas das dez propostas que a Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI entregou ao presidente da República Jair Bolsonaro. “As propostas aqui relacionadas são resultado de estudos e reflexões das Comissões de Estudo da ABPI, bem como dos membros de sua Diretoria e Conselho e refletem a experiência e o senso de observação de especialistas multidisciplinares no campo da Propriedade Intelectual”, consta no documento assinado pelo presidente da ABPI, Luiz Edgard Montauray Pimenta.

Primeiro item do elenco de propostas que a ABPI encaminhou aos presidentes, a redução do tempo das patentes é o tema primordial para o destravamento do sistema da Propriedade Intelectual no País. No Brasil, diz o documento, o tempo de espera

pela concessão da patente é de oito anos e dependendo da área em que o direito é requerido a espera pode ser ainda maior. Em 2017, segundo o próprio INPI, o setor de telecomunicações esperou 13,69 anos para conseguir suas patentes e o de fármacos 13,63 anos. “Não é à toa que, com a demora de uma concessão de uma patente, o Brasil ostente, segundo relatório da Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI, vinculada a Organização das Nações Unidas - ONU, uma desconfortável 19ª posição no *ranking* mundial das patentes”. Dos 22 mil pedidos de patentes processados em 2016, de acordo com a OMPI, pelo menos 15 mil, ou seja, 68% do total, foram retirados ou abandonados pelo solicitando.

Uma das principais causas desta longa espera, aponta o documento, deve-se à quantidade de pedidos esperando análise, o denominado *backlog*. Em janeiro de 2018, segundo o INPI, o *backlog* de patentes alcançava a marca de 225.115 pedidos e o de marcas 358.756 pedidos. “O INPI está trabalhando muito para reduzir o *backlog*,



mas é imprescindível prover o órgão de mais recursos para que seus esforços gerem resultados urgentes”, diz o documento que, propõe, como solução derradeira para o problema a autonomia financeira do INPI, que é superavitário, mas tem seu orçamento contingenciado pela União.

A íntegra das propostas está em www.abpi.org.br

Reunião na CNI discute realinhamento de preços do INPI

O presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI, Luiz Edgard Montauray Pimenta, participou, em outubro, de reunião na Confederação Nacional da Indústria - CNI para discussão sobre possível realinhamento dos valores da tabela de retribuição dos serviços prestados pelo INPI, considerando-se os preços praticados por órgãos equivalentes em outros países e as sugestões das várias entidades presentes no encontro.

Na reunião, o presidente da ABPI observou que, em alguns escritórios no exterior, o realinhamento de tarifas resultou não somente em aumento, mas também na redução de valores, quando apresentado estudo que foi encomendado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior



Luiz Edgard Montauray Pimenta

e Serviços - MDIC, para fins de comparação, sobre os preços praticados por INPIs de outros países.

Em sua argumentação Montauray Pimenta sustentou que, desde que esses valores pudessem beneficiar o INPI diretamente, e haver compromisso de resolução dos conhecidos problemas com o excessivo atraso nos exames de patente e do respectivo *backlog*, a ABPI não se oporia a esse realinhamento (que provavelmente refletirá em aumento de valores de determinados itens da tabela do INPI). E nesse sentido defendeu que a contra-prestação a esse realinhamento de preços deverá necessariamente refletir na questão de prazos similares de exame de patentes, a ser equiparados à dos escritórios internacionais.

Todas as colocações feitas na reunião serão levadas em consideração pelo MDIC e INPI para um possível realinhamento.

ABPI alerta autoridades sobre pane no sistema de PI

A ABPI já vem se manifestando publicamente para a necessidade de investimento na infraestrutura do INPI e na necessidade das taxas pagas pelos usuários serem geridas pelo próprio INPI. A insensibilidade do Governo Federal para essa exigência de investimentos chegou agora ao seu ponto máximo. Desde a última sexta-feira, 24 de agosto, os sistemas de informática do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI estão inoperantes, impedindo que centenas de milhares de processos de marcas, patentes e desenhos industriais tenham andamento.

Por algum problema técnico, ainda não esclarecido, nos sistemas de informática do INPI – ressalte-se aqui o reiterado pedido da ABPI pelo melhor aparelhamento do órgão –, os titulares de marcas e

patentes ficam impedidos de praticar atos perante o INPI, até porque nem mesmo as guias de recolhimento das taxas oficiais podem ser expedidas sem que haja o funcionamento adequado dos sistemas informáticos.

Aliás, a atual pane prolongada se soma às dezenas de dias por ano em que os sistemas do INPI corriqueiramente apresentam falhas, algo que é constante desde o início do processo de informatização da autarquia. A Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI vem, mais uma vez, alertar as autoridades para o caos reinante no sistema de proteção à Propriedade Intelectual em nosso País e exigir que sejam imediatamente tomadas medidas para que possam ser retomados os trabalhos do INPI.

A ineficiência dos sistemas do INPI é ainda mais preocupan-

te neste momento em que se cogita a adoção, entre nós, do Protocolo de Madri para o Registro Internacional de Marcas, sob o qual o INPI terá a obrigação de cumprir prazos curtos e improrrogáveis perante à Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI, sob pena de causar a perda de direitos para as empresas brasileiras que vierem a se valer do Protocolo de Madri para proteger suas marcas no exterior. Se o INPI deseja afirmar o seu papel como uma organização líder no mundo na proteção dos Direitos da Propriedade Intelectual, tais falhas em seus sistemas de informática se mostram inaceitáveis.

30 de agosto de 2018
ABPI – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual

Independência técnica no exame de patentes

A ABPI foi signatária, ao lado da Interfarma, Associação Nacional de Pesquisa das Empresas Inovadoras - ANPEI, Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial - ABAPI, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-RJ, entre outras entidades, de Manifestação em Apoio à Independência Técnica do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, conforme documento que foi veicula-

do no dia 25 de setembro, nas mídias sociais. "O INPI é um órgão de Estado e, como tal, deve obediência apenas à Lei, sendo indevidas e contrárias à Constituição Federal quaisquer alegações de que o INPI deveria analisar pedidos de patentes com base em considerações que não sejam unicamente a verificação dos requisitos legais para a concessão do privilégio", esclarece o documento. E conclui: "Eventuais er-

ros quando (e se houver) podem ser corrigidos através do sistema brasileiro de revisão de atos administrativos, pela via administrativa e, quando não resolvidos por este instrumento disponibilizado a todos interessados, pela via judicial".

A íntegra do documento está em http://www.abpi.org.br/materiais/textospublicos/INPI_Manifestacao_Entidades_Apoio.pdf

Notas

Almoço de fim de ano da ABPI

A Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI convida para o coquetel de confraternização de final de ano, no próximo dia 12 de dezembro, no Buffet Dell'Orso, rua Tuim, 1.041, Moema, em São Paulo. O evento terá início a partir das 19h. Faça sua inscrição em www.abpi.org.br



ASIPI no Rio

O Rio de Janeiro será palco, de 25 a 28 de novembro, do XX Congresso da Associação Interamericana da Propriedade Intelectual - ASIPI. O evento reunirá no Hotel Windsor Oceânico, na Barra da Tijuca, no Rio, os maiores especialistas internacionais do setor. Fundada em 1964, a ASIPI é uma organização sem fins lucrativos que tem como finalidade promover nos países americanos o desenvolvimento e a harmonização das leis, regulações e procedimento relativos à Propriedade Industrial e Intelectual. Inscrições pelo site <http://asipi.org/brasil2018/programa-academico/>

Venha para a ABPI

Professor ou pesquisador em regime de dedicação exclusiva e pessoas de até 30 anos têm desconto de 50% na taxa anual da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI. Os benefícios são os mesmos dos demais associados e incluem descontos no Congresso da ABPI, acesso a trabalhos técnicos, participação em comissões e estudos, *clipping*, entre outras vantagens. Inscrições no site www.abpi.org.br

Boletim da



Informativo dirigido
aos associados da ABPI.

ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - Rua da Alfândega, 108 - 6º andar - Centro - Cep 20070-004 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel.: 21 2507-6407 - Fax: 21 2507-6411 - Web Site: <http://www.abpi.org.br> - E-mail: abpi@abpi.org.br

Comite Executivo: Luiz Edgard Montauray Pimenta - Presidente; Gabriel Leonardos - 1º Vice-Presidente; Peter Eduardo Siemsen - 2º Vice-Presidente; Rodrigo A. de Ouro Preto Santos - Diretor-Procurador; Valdir de Oliveira Rocha Filho - Diretor-Secretário; Márcio Merkl - Diretor-Editor; Benny Spiewak - Diretor-Relator; Tatiana Campello Lopes - Diretor-Tesoureiro

Conselho Editorial: Alberto Luís Camelier da Silva; André Zonaro Giacchetta; Daniel Brantes Ferreira; Elisabeth E. G. Kasznar Fekete; Fabrício Bertini Pasquot Polido; João Marcelo de Lima Assafim; Jorge Arbach; José Henrique Barbosa Moreira Lima Neto; José Roberto D'Afonseca Gusmão; Kone Prieto Furtunato Cesário; Lilian de Melo Silveira; Manoel J. Pereira dos Santos; Marcelo Miguel Conrado; Marli Elizabeth Ritter dos Santos; Renata Angeli; Teci Vieira Carvalho

Boletim da ABPI: Diretor-Editor - Márcio Merkl; Diretor-Editor Adjunto - Marcelo Mazzola; Jornalista Responsável - Rubeny Goulart; Produção Gráfica - PW Gráficos e Editores Associados Ltda.

ABPI PRESENTE

Combate à pirataria

A ABPI e o Conselho Estadual de Combate à Pirataria do Estado de Santa Catarina - CECOP-SC assinaram acordo de cooperação para promover e coordenar ações de combate à pirataria, à sonegação fiscal dela decorrente e aos delitos contra a Propriedade Intelectual. O acordo tem vigência de 24 meses, a contar da data de sua publicação, em 3 de setembro último, tendo como signatários, o presidente da ABPI, Luiz Edgard Montauray Pimenta, e pelo CECOP, Jair Antônio Schmitt.

CIPA

O presidente da ABPI, Luiz Edgard Montauray Pimenta, recebeu, na sede da entidade, no Rio, o Council Member & Chairman da CIPA (the Chartered Institute of Patent Attorneys). No encontro, os dois dirigentes trataram das atividades, funções e funcionamento das duas entidades, bem como as práticas do Escritório Europeu de Patentes - EPO.

10th Global Network Summit

O conselheiro Ricardo Boclin representou a ABPI no 10th Global Network Summit da National IP Practitioner Associations realizado no último dia 27 de setembro em Cancún, no México. Em plateia composta por representantes de algumas das principais entidades mundiais da Propriedade Intelectual, palestrou sobre o cenário de patentes, marcas e desenhos industriais no Brasil.

Congresso da AIPPI

A ABPI marcou presença no Congresso Mundial da International Association for the Protection of Intellectual Property - AIPPI, que aconteceu de 24 a 26 de outubro em Cancún, no México. O Brasil, representado por 400 membros, já figura entre os dez maiores grupos internacionais da AIPPI, a mais importante entidade da Propriedade Intelectual no mundo.



Luiz Edgard Montauray Pimenta, da ABPI, e Ivan Poli, da Asociación Argentina de Agentes de la Propiedad Industrial.

2º Diálogo Biotic

O associado Alexandre Müller Buarque Viveiros representou a ABPI, em Brasília, no 2º Diálogo Biotic, evento que debateu o impacto da inovação tecnológica na administração pública nos próximos anos. Participaram do evento advogados, professores, servidores públicos e empresários da área de tecnologia da informação.

ABAPISUL

A ABPI, representada por seu Diretor Editor Marcio Merkl e pela Representante Seccional Paraná Maria Inez Araujo de Abreu, participou do coquetel organizado pela Seccional Sul da ABAPI - Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPISUL) em Curitiba, Paraná, em celebração aos 70 anos de fundação da ABAPI.

O evento contou com a presença de cerca de 50 participantes da Região Sul, incluindo representantes de universidades, do INPI e associados da ABAPI e ABPI. Na foto, Ricardo Pinho, Presidente da ABAPI; Marcio Merkl, Diretor Editor da ABPI; Ildo Ritter de Oliveira, Presidente da ABAPISUL; e Maria Inez Araujo de Abreu, Representante Seccional Paraná da ABPI.

